

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 5

GRUPO II – DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Determinado assistido da DPU estava no quarto de hotel aguardando a entrega de uma mala que conteria cinco quilos de cocaína. A Polícia Federal, que já estava monitorando a ação, identificou e prendeu, no rol de entrada do hotel, um corréu que levava a mala e uma passagem aérea em nome do assistido. Em seguida, dirigiu-se ao quarto do assistido, que confessou aos policiais que iria transportar a droga para o exterior. A polícia, então, o prendeu em flagrante.

Considerando as teorias que definem a tentativa, explique se, nessa situação, o assistido da DPU praticou ato punível em relação ao tipo de tráfico ilícito de entorpecentes.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

3 Crime consumado, tentado e impossível.

PADRÃO DE RESPOSTA

O assistido da DPU somente poderia ter praticado ato punível de acordo com a teoria subjetiva, que se contenta com a exteriorização da vontade do agente em praticar uma conduta prevista em tipo penal. De outro lado, se analisado o caso sob o enfoque das teorias objetivas, como a adotada pelo Código Penal, pode-se afirmar que, considerando que não ingressou no terreno dos atos de execução, o assistido praticou apenas ato preparatório não punível.

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 5

GRUPO II – DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 2

Discorra sobre as dimensões interna e externa do princípio da presunção de inocência e sobre sua relação com a distribuição do ônus probatório no processo penal.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

10 Prisão processual e liberdade. Estatuto constitucional da liberdade-regra e da prisão-exceção. Prisão processual e cautelaridade. Prisão processual, medidas cautelares e subsidiariedade. Prisões processuais: espécies, procedimentos, requisitos, cabimento e vedações. Medidas cautelares: espécies, procedimentos, requisitos, cabimento e vedações.

PADRÃO DE RESPOSTA

A presunção de inocência possui duas dimensões. Em sua dimensão interna ao processo, traduz um dever de tratamento imposto ao juiz, determinando que se trate o réu como inocente, desdobrando-se em regra probatória (a carga da prova é inteiramente do acusador) e regra de julgamento (aplicação do *in dubio pro reo*). Também implica restrições ao abuso das prisões cautelares. Em sua dimensão externa ao processo, a presunção de inocência exige proteção contra a publicidade abusiva e a estigmatização do réu. No tocante à distribuição do ônus probatório, a corrente doutrinária e jurisprudencial majoritária entende que incumbe à acusação provar a materialidade do crime, a autoria, bem como o elemento subjetivo (dolo ou culpa). A ilicitude e a culpabilidade não são objeto de prova a cargo do órgão acusador. Todavia, à luz da presunção de inocência, há corrente minoritária que, interpretando o processo penal a partir da Constituição, entende ser ônus exclusivo da acusação a prova de um fato típico, ilícito e culpável, não competindo ao réu provar a sua inocência através da demonstração de excludentes de ilicitude e culpabilidade.